



NOTAS SOBRE PROJETO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL CRÍTICO, TRABALHO E FUNDAMENTOS DA SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA EM MARX

Alessandra Conceicao da Silva
Assistente Social, Doutoranda em
Serviço Social (UFAL/PPGSS)

RESUMO:

Neste artigo apresentamos um ensaio para o debate acerca do projeto profissional do Serviço Social crítico sob o aparato da teoria marxista. O texto se estrutura em duas seções, a primeira é acerca da contextualização do Projeto Profissional Crítico do Serviço Social e as Políticas Sociais, na segunda seção, algumas notas sobre Capital, Trabalho e Superpopulação Relativa em Marx.

PALAVRAS-CHAVE: Projeto Profissional Crítico; Serviço Social; Políticas Sociais; Superpopulação Relativa.

ABSTRACT:

In this article we present an essay for the debate about the professional project of critical Social Work under the apparatus of Marxist theory. The text is structured in two sections, the first is about the contextualization of the Critical Professional Project of Social Work and Social Policies, in the second section, some notes on Capital, Labor and Relative Overpopulation in Marx.

KEYWORDS: Critical Professional Project; Social Service; Social Policies; Relative Overpopulation.



INTRODUÇÃO

O presente texto é produto das discussões travadas no decurso da disciplina Estudos Avançados e Serviço Social II, enquanto componente do currículo no curso de Doutorado na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Nossa proposição neste ensaio tem como preocupação central trazer a alguns apontamentos que amparam o debate crítico em torno do Serviço Social, apropriando-se das contribuições teóricas presentes em Marx e em autores da tradição marxista, sobre o projeto profissional do Serviço Social Crítico e o cenário atual das políticas sociais no estado brasileiro, para além disso, na segunda parte apresentamos algumas notas em torno das categorias: capital, trabalho e superpopulação relativa em Marx.

O capitalismo brasileiro, por sua vez, desenvolve-se historicamente aprofundando a contradição entre a classe burguesa e a classe trabalhadora. A burguesia brasileira foi marcada pelo imperialismo norte-americano, com o poder da propriedade privada dos monopólios e da economia latifundiária com a proteção do Estado. A década de 1980 foi marcada pela constituição cidadã de 1988 representando um marco histórico para o país, pois proclamou a igualdade jurídica entre homens e mulheres, ampliou os direitos civis, sociais e econômicos, além de definir como princípio a não-discriminação por motivo de sexo, raça, etnia etc. No decorrer desses anos, a vida cotidiana, os conceitos, a linguagem dos corpos, a literatura, as artes e também a articulação público-privado passaram por profundas transformações. A partir disso, abriu-se um cenário para a denúncia do conservadorismo profissional¹ no bojo da profissão do Serviço Social.

Partimos do pressuposto teórico, histórico e metodológico que há uma interligação entre o movimento de revisão curricular realizado pela profissão, em 1990, o qual reconhece o Serviço Social como trabalho, desvendando sua finalidade social e a natureza da profissão, ao tempo que evidencia seu papel no processo de produção e reprodução da vida social, revelando o assistente social como trabalhador, sujeito de classe, em uma condição de assalariamento. Neste contexto, também apontamos neste ensaio, o Serviço Social como expressão do trabalho coletivo sob a luz das novas manifestações da “questão social”² e com a exploração

¹ Com a Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social com José Paulo Netto (1999).

² A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do



cada vez mais ampliada da força de trabalho, a superpopulação relativa ou exército industrial de reserva .

1 CONTEXTUALIZANDO O PROJETO PROFISSIONAL CRÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E AS POLÍTICAS SOCIAIS NO ESTADO BRASILEIRO

No final da Segunda Guerra Mundial (1945), surgiu um novo padrão de enfrentamento às expressões da questão social, após o desenvolvimento do capitalismo monopolista, sendo base de sustentação para o surgimento do Serviço Social enquanto profissão. Ao final da década de 1950 emerge entre os assistentes sociais questionamentos, insatisfação e inquietação no contexto de mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais existentes na sociedade (Iamamoto, 2007). A partir disso, percebemos que foi na luta da classe trabalhadora contra a exploração do modo de produção capitalista que se configurou a política social, como uma política de Estado que tem por objetivo “circunscrever os limites da exploração do trabalho pelo capital, e colocar como prioridade as necessidades sociais” (Behring, 2009, p. 314).

Os debates e as produções teóricas, a correlação de forças no seio da profissão, constitui o processo de construção de um projeto ético-político profissional. O assistente social surge como implementador das políticas sociais. Dessa forma, “*o que sucede com estas, atinge e afeta aquele*” (Montaño, 2006, Grifo nosso). A inserção do assistente social no contexto das contradições e dos conflitos entre classes, não faz deste profissional, um mediador ou um ator essencialmente político (Montaño, 2006, p. 144). Porquanto, a profissão pode orientar-se para uma formação profissional crítica, sólida, não apenas preparando o assistente social para responder a demandas do mercado (Montaño e Guerra, 2024, p. 244). Se a profissão é um produto histórico, sua particularidade só encontra significado quando situada na dinâmica societária “da qual é parte e expressão” (Iamamoto, 2007, p. 26), sobre o Serviço Social crítico, Montaño:

Faz-se necessário, então, tornar explícito o compromisso ético-político através da defesa dos valores do trabalho – trabalho emancipado do capital, contra a exploração e a do- minação do homem sobre o homem – e

empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão (Iamamoto e Carvalho, 2007, p. 77).



da defesa dos direitos historicamente conquistados pelas classes trabalhadoras e pelos setores subalternos – direitos trabalhistas, sociais, políticos e de cidadania (2006, p.144).

A reflexão crítica do Serviço Social (ou a busca de um Serviço Social crítico) sustenta-se nas teorias críticas (aquelas que buscam a verdade a partir do reflexo teórico apropriado da realidade) sobre a estrutura e as dinâmicas sociais. É contra esta reflexão (crítica) que se desenvolve uma crítica, com sentido de rechaço, censura, juízo de valor (2006, p.145).

Neste ínterim, na luta pela democracia brasileira, o Serviço Social vem como expressão do trabalho coletivo no âmbito das políticas sociais, que é a mediação privilegiada do trabalho profissional frente às configurações das relações sociais, evidenciando a questão social enquanto expressão das desigualdades sociais produzidas e reproduzidas na dinâmica contraditória das classes sociais, a partir das configurações assumidas pelo trabalho e pelo estado burguês no capitalismo contemporâneo (2018, p. 28).

Todavia, não podemos desconsiderar o fato de que as políticas sociais possuem um caráter contraditório, pois ao mesmo tempo em que são concebidas enquanto forma de garantir a reprodução da classe trabalhadora, no sentido de garantir a configuração dos seus direitos, são vistas também como mecanismos de amenização, de controle social sobre a força de trabalho e como fonte de manutenção do capitalismo. A contribuição teórica crítica enriquecida pelos aportes de Netto (1992) com suas análises sobre o Estado no capitalismo monopolista, admite a funcionalidade na profissão na sociedade burguesa para ofertar respostas às máximas “expressões da questão social”, ao tempo que:

O Serviço Social no Brasil na atualidade tem vivido um duplo e contraditório movimento: o mais representativo foi o processo de ruptura teórica e política com o lastro conservador de suas origens; em sinal contrário, verificou-se o revigoramento de uma reação (neo) conservadora aberta e/ou disfarçada em aparências que a dissimulam, apoiada na negação da sociedade de classes (Iamamoto, 2021, p. 25 apud Netto, 1996).

Raichelis (2018) fala que o âmago dessa interpretação do Serviço Social na sociedade capitalista remete a relação tensa e contraditória entre projeto profissional *versus* trabalho assalariado, sobre essa questão:

[...] a experiência sócio-profissional comprovou que, para que um projeto profissional se afirme na sociedade, ganhe solidez e respeito frente às outras profissões, às instituições privadas e públicas e frente aos usuários dos serviços oferecidos pela profissão é necessário que ele tenha em sua base um corpo profissional fortemente organizado (Netto, 1999, p. 5).



Na acumulação teórica orquestrada pelo Serviço Social, foi incorporada matrizes, que debatem o projeto profissional crítico, em uma perspectiva de enfrentamento das formas filantrópicas e confessionais, pois, embora o Serviço Social tenha sido regulamentado como profissão liberal no Brasil, o assistente social termina exercendo seu trabalho majoritariamente como assalariado de instituições públicas ou privadas que operacionalizam políticas e serviços sociais (Raichelis, 2018). Assim, depreende-se, que nesse percurso da história, não há lugar para imutabilidade, segundo a autora:

[...] Sendo a profissão resultado de relações sociais contraditórias engendradas pelo capitalismo dos monopólios, ela é ao mesmo tempo um produto vivo de seus agentes, do protagonismo individual e coletivo de profissionais organizados a partir de um projeto ético-político que solda suas projeções e hegemoniza sua direção social [...] (Raichelis, 2018, p. 32).

Parte integrante do processo histórico que assume as relações sociais na sociedade burguesa em seus processos de metamorfoses, o Serviço Social se insere no conjunto da classe trabalhadora, de suas lutas e passa exigir um trabalho social orientado para a emancipação humana (Yazbek, 2018). Nesse contexto, os assistentes sociais são incluídos como parte da mudança, seja como gestores, operadores de políticas sociais, constituindo-se, em mediações fundamentais para o exercício profissional do assistente social. O Serviço Social mobiliza esforços teóricos e políticos para conferir legitimidade social à sua intervenção, buscando alianças com o movimento de ampliação dos direitos dos grupos e de classes subalternas. A partir disso, a direção social é alterada nessa dinâmica sociopolítica, que convencionou chamar de projeto ético-político profissional, como exprime Raichelis:

[...] A partir da década de 1980, impulsionado por um movimento de ruptura com o conservadorismo profissional, o Serviço Social mobiliza esforços teóricos e políticos para conferir legitimidade social à sua intervenção junto aos sujeitos do trabalho profissional, aliando-se ao movimento de ampliação dos direitos dos grupos e classe subalternas (2018, p. 27).

É importante ressaltar que os projetos profissionais se renovam e se transformam, além de possuírem dimensões que não podem ser suprimidas, é o que podemos identificar segundo Netto: “O corpo profissional é uma unidade não-homogênea, uma unidade de diversos; nele estão presentes projetos individuais e societários diversos e, portanto, configura um espaço plural do qual podem surgir projetos profissionais diferentes” (1999, p. 5). O autor também deixa claro que a



hegemonia de um projeto profissional é profunda e necessita de tempo, recursos político-organizativos, processos de debate e elaboração, investigações teórico-práticas etc (Netto, p. 7).

A partir desta abordagem, percebemos o grande impacto da ruptura da profissão com o postulado conservador da sua origem, mesmo inserida diretamente com a construção cotidiana da sociabilidade capitalista pela mediação das políticas sociais, os assistentes sociais buscam operacionalizar dentro de seus limites, tanto atividades na abordagem direta com a população que procura as instituições e o trabalho do profissional (entrevistas, atendimento de plantão social, visita domiciliar, orientações, encaminhamentos, reuniões, trabalho com famílias, grupos, comunidades, ações de organização popular etc.), assim como atua na pesquisa e na produção de conhecimento, administração, planejamento, supervisão, consultoria e gestão dessas políticas, programas e projetos na área social (Yazbek, 2018).

O reconhecimento do Serviço Social como profissão e a profissionalização dos seus agentes na sociedade brasileira, irá acontecer em meio a lutas sociais no enfrentamento das questões sociais emergentes, onde os sujeitos estão submetidos às relações de alienação próprias do trabalho assalariado, dito isto,

Mesmo observando-se em seu desenvolvimento histórico a intensa interpenetração entre a profissionalização do Serviço Social e o estatuto de assalariamento dos seus agentes que têm no trabalho seu valor central, é importante observar os desafios postos à teoria social crítica no âmbito do Serviço Social para fazer avançar a construção de mediações teórico-metodológicas e políticas entre os dois estatutos - trabalho e profissão - que superem abordagens dicotômicas na atual quadra do desenvolvimento capitalista (Raichelis, 2018, p. 29-30).

Compreendendo que ainda há desafios postos ao projeto ético-político no cenário brasileiro, na próxima seção iremos apresentar algumas notas em torno das categorias capital e trabalho, máxima exploração da força de trabalho como componente da superpopulação relativa sob a teoria crítica de Marx.

2 NOTAS SOBRE CAPITAL, TRABALHO E SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA EM MARX

O trabalho humano como atividade do processo de produção social dos meios de sobrevivência, é estruturante e determinante na condição de existência da vida em sociedade, assim, a magnitude da oferta da força de trabalho está



diretamente relacionada com a amplitude do exército industrial de reserva. O aumento da desigualdade social atinge os diversos setores da vida em sociedade, expressando-se em uma distribuição desigual de renda. A pobreza no modo de produção capitalista é uma manifestação das relações desiguais no desenvolvimento das forças produtivas, implicando em uma crescente exploração entre capital e trabalho, consequência de um processo que relaciona acumulação de mais valia e extenso empobrecimento. Marx explica que "a acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume uma população trabalhadora adicional relativamente excedente" (2017, p. 705), para ele essa população é supérflua pois é excessiva para as necessidades médias de valorização do capital.

Partimos dos pressupostos da teoria social crítica, debatidos máxime por Karl Marx onde versa que "[...] o trabalhador baixa à condição de mercadoria e a de mais miserável mercadoria, que a miséria do trabalhador põe-se em relação inversa à potência (*Macht*) e a grandeza (*Grosse*) da sua produção, que o resultado [...] da concorrência é a acumulação de capital [...]" (Marx, 2010, p. 79). Para Marx,

A acumulação de capital, que originalmente aparecia tão somente como sua ampliação quantitativa, realiza-se, como vimos, numa contínua alteração qualitativa de sua composição, num acréscimo constante de seu componente constante à custa de seu componente variável (2017, p. 704).

O que podemos constatar é que para Marx os fenômenos, sejam eles os mais simples (abstratos) ou mais complexos, não explicam o desenvolvimento histórico por si só, mas o inverso disso, na sociedade contemporânea as categorias vão assumindo formas complexas, concretude e uma articulação com a totalidade social. O autor fala que o monopólio do capital se transforma no próprio entrave a apropriação capitalista, exprimindo:

Com a diminuição constante do número de magnatas do capital, que usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, aumenta a massa de miséria, opressão, servidão, degeneração, exploração, mas também a revolta da classe trabalhadora [...] (2017, p. 832).

[...] O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a *valorização* do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens (*Menschenwelt*) [...] (Marx, 2010, p. 80).



Podemos refletir com Marx (2010; 2017) é que o trabalho não produzirá somente mercadorias, outrossim, produzirá sincronicamente a si e ao trabalhador tal qual uma mercadoria. Assim, com a acumulação do capital produzida por ela mesma, a população trabalhadora produz, em volume crescente, os meios que a tornam relativamente supranumerária (Marx, 2017, p. 706). O autor explana que a população excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista e que essa população excedente se torna um meio para o processo de ganho do capital (idem, ibidem).

A partir destas questões apontadas, podemos perceber que as transformações sociais contemporâneas, operadas pela programática neoliberal sob o comando do capital financeiro trazem, atualmente, novos desafios ao conjunto de cidadãos e de homens e mulheres que vivem da venda de sua força de trabalho. Os assistentes sociais, individual e coletivamente, não são alheios a esta realidade. A profissão já se caracterizou por enfrentar estes desafios, questionando e problematizando seu papel na sociedade, tentando assumir perfis mais críticos e comprometidos com os interesses dos trabalhadores e dos setores subalternos.

O caráter leviano da expansão do projeto burguês de sociedade pautada no aumento da mais valia, resulta em maior concentração de renda e aumento substancial da pobreza, ampliando-se as desigualdades distribuídas territorialmente, as distâncias entre os rendimentos do trabalho e do capital e entre os valores repassados aos trabalhadores. As estratégias neoliberais com a reestruturação produtiva para o enfrentamento das crises, cada vez mais intensifica no mundo e no Brasil, o desgaste do trabalho sobre o viés da contratação, no aumento de excedentes (superpopulação relativa) sobretudo, da mão de obra barata com forte precarização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a ampliação da desigualdade na distribuição de renda e riqueza, sobretudo nos anos 1980, a pobreza vai se convertendo em tema central na agenda social. Visto o exposto, nas últimas três décadas o Serviço Social vivenciou um processo de renovação de suas bases com profícuas redefinições nos setores da teoria, do método, da ética e da política sob os fundamentos da teoria social crítica



de Marx. A partir disto, neste ensaio foi possível trazer algumas anotações acerca do projeto do Serviço Social crítico e o cenário atual das políticas sociais, e o debate em torno de algumas categorias de Marx, capital, trabalho e superpopulação relativa.

Faz-se necessário, então, tornar explícito o compromisso ético-político do Serviço Social através da defesa dos valores do trabalho, trabalho emancipado do capital, contra a exploração e a dominação do homem sobre o homem, e da defesa dos direitos historicamente conquistados pelas classes trabalhadoras e pelos setores subalternos – direitos trabalhistas, sociais, políticos e de cidadania. Isso significa o comprometimento do assistente social em centrar sua ação profissional nesses valores, o que supõe um claro corpo ético-político (Códigos de Ética) que oriente e controle o exercício profissional a partir dos consensos criados pelos coletivos profissionais.

A partir das contradições trazidas pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista por pressuposto às dimensões analíticas de Marx acerca da superpopulação relativa, diante do exposto, percebe-se que o modo de produção capitalista produz, desde seu surgimento, miséria proporcional ao crescimento da riqueza. Pois quanto mais se desenvolve, mais aumenta a riqueza, produzindo uma massa de desocupados, miseráveis e excedentes, os quais são fundamentais à engrenagem capitalista.

A centralidade do capital financeiro e seu comando sobre o capital produtivo, traz efeitos vultosos para a “classe que vive do trabalho” com o estabelecimento de taxas elevadas de desemprego, insegurança e instabilidade nos empregos, redução de salários, precarização das relações de trabalho, incluindo terceirizações [...]” (Yazbek, 2018, p. 185). Este cenário, vem resultando em uma interrupção do pacto histórico entre capital e trabalho que configurou no mundo desenvolvido, o Estado de Bem-Estar Social.

Neste contexto, é possível concluir que, no que compete à condição do Brasil, a intensidade da exploração do trabalho assalariado nos mais diversos campos e, sobretudo, para assistentes sociais, torna elevadíssimo o nível de degradação da precarização do trabalho humano, multiplicado às terríveis opressões a classe mais vulnerável o que impacta na consolidação do projeto profissional do Serviço Social crítico no âmbito do estado brasileiro.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTA, A. A categoria divisão do trabalho em questão. FORTI, V.; GUERRA, Y. **Fundamentos Filosóficos para o Serviço Social**. Coleção Fundamentos críticos para o Serviço Social. N. 1. Socialis, Fortaleza, 2020.

BEHRING, Elaine Rossetti. Expressões políticas da crise e as novas configurações do Estado e da Sociedade Civil. CEAD: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. CFESS / ABEPSS. SP: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. 20ª edição. Cortez, São Paulo: 2007.

IAMAMOTO, M. V. Os desafios da profissão de Serviço Social no atual contexto de retrocessos das conquistas da classe trabalhadora. In: CFESS. **Diálogos do Cotidiano**: reflexões sobre o trabalho profissional. Caderno 1. Brasília-DF, 2021.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. SP: Abril Cultural, 1990 (os economistas).

MARX, Karl. **O CAPITAL**: crítica da Economia Política. **Livro I** (O processo de produção do capital). Tradução: Rubens Enderle. 2 ed. Editora Boitempo, São Paulo, 2017.

_____. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Tradução: Jesus Ranieri. Editora Boitempo, São Paulo, 2010.

MONTAÑO, C. **Um projeto para o Serviço Social Crítico**. Katálisis, v. 9, n. 2. (p.141-157), Florianópolis/SC: 2006.

MONTAÑO, C. GUERRA, Y. **SERVIÇO SOCIAL CRÍTICO**: Teoria e Prática, uma análise dos Fundamentos do Serviço Social para a construção/ consolidação de uma perspectiva crítica na profissão. Editora Papel Social. Campinas, 2024. NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 3ª ed. Cortez, São Paulo: 1992.

_____. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999.

RAICHELIS, R. D. "Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo". In RAICHELIS, R.D; VICENTE, D.P. (Org.); ALBUQUERQUE, V.O. (Org). **A nova morfologia do trabalho Serviço Social**. Cortez, São Paulo: 2018.



YAZBEK, M. C. **Serviço Social, Questão Social e Políticas Sociais em tempos de degradação do trabalho humano, sob o domínio do capital financeiro.** SERV. SOC. REV. V. 21, N.1, P. 183-194, Londrina: 2018. DOI: 10.5433/1679-4842.2018v21n1p183.